

# EDITORIAL

É com grande satisfação que estamos oferecendo à análise e consideração da comunidade acadêmica e científica brasileira este número 2 da Revista *Avaliação*. Este é também um momento bastante adequado para agradecermos o grande apoio e as manifestações muito positivas relativamente ao número inaugural, lançado em julho último. Esses apoios individuais e institucionais, os calorosos elogios e incentivos recebidos nos oferecem as condições materiais e intelectuais necessárias para o lançamento desta edição. Com essa iniciativa, certamente estamos cumprindo uma função de inegável interesse social. De um lado, como aliás diversos depoimentos confirmam, a Revista está contribuindo para adensar as relações psicossociais de trabalho e o sentido público da formação e da construção dos conhecimentos, no interior das IES. Por outro lado, a Revista está colaborando também para o avanço da produção teórica na área e para tornar públicos, portanto, visíveis à sociedade, os processos, os resultados e a relevância da avaliação institucional e a própria instituição que os promove. A Revista mostra que a educação superior se avalia, sim, e quer tornar socialmente visível o seu cotidiano.

O primeiro número procurou conceitualizar a Revista, como canal de divulgação, instrumento estimulador e catalisador da produção teórica e de integração da Rede de Avaliação Institucional da Educação Superior. Registrou o documento básico do Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras, o PAIUB, criado pela feliz parceria estabelecida entre o MEC e as IES, e que hoje está sendo desenvolvido em quase uma centena de instituições. Numa primeira abordagem, são apresentados e discutidos os princípios, as orientações metodológicas, os principais indicadores desse Programa, bem como a história, não sem resistências e contradições, de sua construção e implementação, no âmbito universitário. São também apresentados aspectos de processos avaliativos em prática em algumas instituições, discussões teóricas sobre dimensões técnicas e políticas da avaliação institucional e seus impactos na educação superior. Como deverá se tornar comum nas edições desta Revista, divulgamos um documento que marca posições de um coletivo; trouxemos ao conhecimento público a Carta do Recife, síntese das manifestações de coordenadores

e membros de Comissões de Avaliação Institucional de 33 IES que participaram do II Workshop de Avaliação Institucional das Universidades do Nordeste e do Norte. Esses eventos, que ocorrem regionalmente ou em nível nacional, atestam a vitalidade dos processos de avaliação e seu sentido de solidariedade e colaboração interinstitucional.

Prosseguindo nesse processo de produção de conhecimento, avaliação e, portanto, contribuindo a seu modo para a construção coletiva da educação superior brasileira, a presente edição propõe para o debate da comunidade acadêmica e científica trabalhos sobre matérias de grande importância e atualidade. Referem-se, como é preciso que seja, ao tema da avaliação institucional, em seus aspectos mais amplos e globais ou a alguns de seus campos mais delimitados e a situações empíricas, sem deixar de procurar a compreensão dos horizontes contextuais, alguns deles, como muito bem trabalhado no texto que trata das políticas propostas pelo Banco Mundial, projetando pesadas sombras sobre a vida institucional das IES.

Isaura Belloni, que também participou dos momentos iniciais de concepção e implantação do PAIUB, faz uma instigante reflexão sobre o compromisso da avaliação institucional na reconstrução do espaço social. Em seu texto, procura compreender como a avaliação institucional pode ser um instrumento para que a universidade estabeleça ou solidifique uma ponte com a realidade social e contribua para o processo de reconstrução desse espaço social, hoje bastante esgarçado. O compromisso da avaliação é, portanto, de melhoria da qualidade dos processos internos da universidade, mas é também um compromisso filosófico, social e político que abre novos caminhos à educação superior na perspectiva de suas responsabilidades sociais.

A avaliação institucional não se estabelece à margem dos grandes debates de alcance mundial, particularmente em relação ao papel da educação superior no desenvolvimento dos países pobres. Amílcar Davyt e Francisco Figaredo, respectivamente uruguaio e cubano, fazem uma reflexão instigante sobre duas concepções distintas de dois organismos internacionais influentes no mundo todo. Apresentam uma visão da polêmica que se estabelece entre as posições distintas defendidas em dois documentos amplamente divulgados e

de responsabilidade um do Banco Mundial e o outro da Unesco. Não se trata de mero exercício acadêmico sem conseqüências. Afinal, esses posicionamentos trazem importantes implicações para a educação superior, em geral, e certamente para as concepções e objetivos da avaliação institucional, a ponto de ser imprescindível conhecê-los. Segundo as determinações do Banco Mundial, a universidade seria parte do problema e a avaliação um instrumento de um pacto estabelecido entre ela e as forças do mercado. Segundo as orientações da Unesco, a universidade seria parte da solução e a avaliação se produziria como um instrumento a mais de construção da qualidade dessa instituição e de catalisador das ações voltadas à realização de sua pertinência e ao cumprimento de suas responsabilidades sociais.

Um dos temas que mais vem preocupando a educação superior, em geral, e tem merecido muita atenção dos pró-reitores de graduação é o da evasão. Nas instituições educativas e nos organismos oficiais, não há muita clareza quanto ao conceito, nem acordo quanto à metodologia e por tudo isso os números da evasão são bastante variáveis. Além disso, é necessário produzir análises a respeito das causas da evasão e apontar possíveis ações pedagógicas, políticas e administrativas para minimizá-la. O tema está lançado. José Tomás Vieira Pereira apresenta o caso da Unicamp. María Paz Echeverriarza estuda a situação dos estudantes, especialmente a questão da mobilidade e do abandono, no caso específico da Faculdade de Engenharia da "Universidad de la República", Uruguay. São os primeiros textos sobre esse assunto, ao qual esta Revista certamente voltará muitas vezes, no futuro.

Carlos Vogt discute as relações entre autonomia e avaliação institucional, tratando da experiência da Unicamp, no período de seu reitorado: 1990 a 1994. É o ponto de vista de um reitor, ressaltando como a avaliação institucional com autonomia permite que a universidade se conheça melhor e assim pode desenvolver um conjunto de ações programáticas

na perspectiva de sua qualificação e do melhor cumprimento de seus compromissos sociais.

A avaliação institucional da UFPB é também uma experiência importante na direção da construção do autoconhecimento e da melhoria institucional. Esta universidade vem desenvolvendo um amplo processo avaliativo, interno e externo, envolvendo as dimensões do ensino, da pesquisa, da extensão e da gestão. O que está aqui apresentado pelo então reitor Neroaldo Pontes de Azevêdo e sua equipe é apenas uma parte, relativa à avaliação do ensino de graduação, combinando procedimentos quantitativos e qualitativos.

A exemplo do Nordeste e do Norte, também a Região Sul promoveu um Workshop de Avaliação Institucional. Uma síntese é aqui apresentada, dando conta do desenvolvimento da avaliação institucional nas universidades do Sul brasileiro, seus significativos avanços e suas dificuldades.

Acima de tudo, é importante destacar o sentido de solidariedade e cooperação interuniversitária que o PAIUB vai construindo. Por se tratar de um programa e não de ações e procedimentos esgarçados, o PAIUB verdadeiramente contribui para a construção de uma educação superior mais qualificada e mais integrada. As ações avaliativas, tanto no interior de cada instituição, quanto nas articulações externas, vão consolidando as redes de relações interpessoais e interinstitucionais. Esperamos que a Revista Avaliação contribua para solidificar esse esforço programático de nossas instituições, consolidando ao mesmo tempo um modelo de avaliação interna e externa, global, que não tem como fim a punição ou mesmo a premiação, que respeita a identidade de cada instituição, que não é imposta, que encontra sua legitimidade nas verdades sociais de cada comunidade e por tudo isso vai criando uma cultura do desenvolvimento qualitativo permanente da educação superior.

José Dias Sobrinho - editor